



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA PARA, EM PARECERIA, PROMOVER A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL CONTÍGUO AO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE ITAPETININGA PRÓPRIO DO ESTADO.

Pelo presente, na melhor forma de direito, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA**, com sede nesta cidade, sito na Rua Carlos Cardoso, nº 1000, Jardim Marabá, inscrita no CNPJ sob nº 46.634.291/0001-70, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Doutor **LUÍS ANTÔNIO DI FIORI FIORES COSTA**, residente e domiciliado nesta cidade, devidamente autorizado pela Lei Orgânica do Município de Itapetininga, artigo 73, inc. XII, e, de outro lado o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Fórum da Comarca de Itapetininga**, inscrito no CNPJ sob nº 51.174.001/0001-93, neste ato representado pelo Meritíssimo Juiz de Direito Diretor do Fórum, Doutor **DIEGO MIGLIORINI JUNIOR**, residente e domiciliado nesta cidade, resolvem celebrar o presente **Termo de Cooperação**, conforme autorização constante do Processo nº 1985/501 – Volume 006, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA I – DA FINALIDADE

O presente Termo de Cooperação tem por finalidade ajustar a conduta administrativa do **MUNICÍPIO** ao disposto no artigo 62, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CLÁUSULA II – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a realização, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA**, das obras de construção de imóvel contíguo ao próprio do Estado, localizado na Praça dos Três Poderes, s/nº, onde se encontra instalado o Fórum da Comarca de Itapetininga, condicionada à aprovação do Memorial Descritivo e do Projeto pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e pela **SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA**, que ficarão fazendo parte integrante deste ajuste como **ANEXO I**, para abrigar a Vara e Ofício das Execuções Criminais da Comarca.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA III – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução do presente Convênio, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA** terão as seguintes obrigações:

3.1 - Caberá ao MUNICÍPIO:

3.1.1. Executar, direta ou indiretamente, sob sua responsabilidade técnica e administrativa, com recursos financeiros próprios e em conformidade com as diretrizes a serem fornecidas pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, as obras de construção descritas na Cláusula III, nos prazos e condições estabelecidos, observados os melhores padrões de qualidade e economia, inclusive com a realização, se for o caso, de procedimento licitatório prévio, observando a legislação pertinente.

3.1.2. Credenciar, junto ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e por intermédio do Juízo de Itapetininga, técnico habilitado para acompanhar a execução dos respectivos serviços.

3.1.3. Apresentar, ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, projeto e memorial descritivo dos serviços a serem executados para prévia análise junto à **SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA**.

3.1.4. Adotar as providências cabíveis, a fim de permitir aos responsáveis credenciados do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** condições para inspecionar, periodicamente, os serviços.

3.2 - Caberá ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.2.1. Autorizar o **MUNICÍPIO** a executar as obras de construção, descritas na Cláusula III do prédio próprio do Estado, objeto deste Convênio.

3.2.2. Assistir ao **MUNICÍPIO** em tudo que for necessário para a fiel execução do Convênio.

CLÁUSULA IV – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A execução dos serviços deverá obedecer a melhor técnica, para que venha preencher satisfatoriamente as condições de utilização, eficiência e durabilidade, seguindo as normas reconhecidas, em suas últimas atualizações, tais como:

- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Decreto do Corpo de Bombeiros;
- Normas das Concessionárias Locais (Telefônica, Eletropaulo, CPFL, Sabesp, Comgás, etc);
- Normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- Normas de Segurança em Edificações do CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;
- Normas da Saúde e do Meio Ambiente;
- Leis, Decretos, Regulamentos e dispositivos legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, pertinentes à execução dos serviços, ora contratados.

CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Cooperação terá início a partir da data de sua assinatura, e vigorará pelo tempo suficiente à plena concretização do seu objeto.

CLÁUSULA VI – DAS DESPESAS

Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto deste Termo de Cooperação, ficarão a cargo do **MUNICÍPIO**, sem quaisquer ônus ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**.

CLÁUSULA VII – DA RESCISÃO

Reserva-se ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** a faculdade de rescindir o presente Termo de Cooperação na hipótese de inobservância de qualquer uma das cláusulas, por razões de interesse do Serviço Público, ou, ainda, pela inexecução total ou parcial dos serviços, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

J

D



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA VIII – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapetininga para dirimir toda e qualquer dúvida que eventualmente possa surgir entre as partes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e combinadas, assinam as partes o instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapetininga, 19 de novembro de 2013.



DIEGO MIGLIORINI JUNIOR
Juiz de Direito Diretor do Fórum


LUÍS ANTÔNIO DI FIORI FIORES COSTA
Prefeito Municipal

Testemunhas:

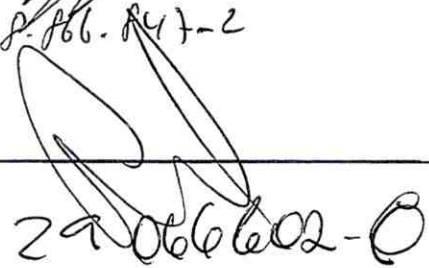
Nome:

R.G. n.º:


Edson Pereira
Supervisor de Serviço
Matr. 86.754

Nome:

R.G. n.º:


Jean Carlos N. Oliveira
Assessor de Projeto Especiais
Controle interno